

“AQUI A PREFEITURA FAZ”: A COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA PREFEITURA DE MACEIÓ DIANTE DA CRISE DA MINA 18 DA BRASKEM

“AQUI A PREFEITURA FAZ”: MACEIÓ CITY HALL'S PUBLIC COMMUNICATION REGARDING THE BRASKEM MINE 18 CRISIS

Laura Nayara Pimenta ¹

Flávio Henrique Silva Santos ²

Nisllayne Fábila de Souza Santos ³

Pollyane de Souza Martiniano ⁴

Resumo

O texto busca compreender como se deu a comunicação pública da Prefeitura de Maceió diante do colapso da mina 18 da Braskem. Entende-se tal comunicação como aquela que ocorre na esfera pública e envolve o debate sobre temas de interesse público. Também diz respeito às práticas e às estruturas do setor público voltadas à informação, à transparência e à promoção da participação da sociedade civil. A análise de enquadramento multimodal (Wozniak et al., 2014), realizada com 82 notícias publicadas no site oficial da Prefeitura, demonstra que ela priorizou a tecnicidade e a institucionalidade, com notas oficiais que enfatizaram eficiência e protagonismo estatal. Essa estratégia projetou uma imagem de governo competente e estável, mas ao mesmo tempo ocultou conflitos políticos, minimizou a responsabilização da Braskem e reduziu a população a um papel passivo diante da crise.

Palavras-chave

Comunicação pública; desastre; Maceió; prefeitura; Braskem.

Abstract

The text seeks to understand how the public communication of the Maceió City Hall unfolded in the face of the collapse of Braskem's Mine 18. Such communication is understood as that which takes place in the public sphere and involves debate on issues of public interest. It also concerns the practices and structures of the public sector directed toward information, transparency, and the promotion of civil society participation. The multimodal framing analysis (Wozniak et al., 2014) conducted with 82 news pieces published on the City Hall's official website shows that it prioritized technicality and institutionality, through official statements that emphasized efficiency and state protagonism. This strategy projected an image of a competent and stable government, while at the same time concealing political conflicts, minimizing Braskem's responsibility, and reducing the population to a passive role in the face of the crisis.

Keywords

Public communication; disaster; Maceió; city hall; Braskem.

1 Doutora em Comunicação e Sociabilidade pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre pela mesma instituição. Docente da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Email: lanapi05@gmail.com, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0024-2224>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1708501733558544>.

2 Graduando em Relações Públicas pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Email: flavio.henrique@ichca.ufal.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-0592-0164>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7490538257171504>.

3 Graduanda em Relações Públicas pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Email: nisllayne.santos@ichca.ufal.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-5418-455X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5484395143038892>.

4 Jornalista pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Mestranda pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: pollyanemartiniano@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-0859-7388>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2228303662231064>.

Introdução

No começo de 2018, após aproximadamente 40 anos de exploração de sal-gema pela petroquímica Braskem (anteriormente conhecida como Salgema) em Maceió, Alagoas, os primeiros tremores de terra foram percebidos no bairro Pinheiro. O solo cedeu, afundando trechos de ruas e casas, causando rachaduras em suas paredes e pisos. Dezenas de milhares de famílias viram suas vidas desmoronarem junto com os bairros diretamente atingidos (Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto, Farol e Mutange). Além deles, outras regiões foram afetadas, seja por meio de eventos geológicos ou de fenômenos sociais, como o isolamento, limitando o acesso dos moradores a equipamentos públicos, transporte e serviços essenciais de saúde, segurança e alimentação. Estamos falando de milhares de vítimas, que permanecem num estado de insegurança e estão sendo cada vez mais vulnerabilizadas (Rodrigues et al., 2024).

Em 29 de novembro de 2023, quando a Prefeitura de Maceió publicou em seu site a primeira nota oficial alertando para a possibilidade de colapso da mina 18 da Braskem, uma das 35 minas da empresa, localizada às margens da Lagoa Mundaú, no entorno do bairro Mutange, e decretou situação de emergência por 180 dias (Decreto nº 9.643), instalando um gabinete emergencial de crise para monitorar o caso, instaurou-se um cenário de pânico e proliferação de desinformação. Ao mesmo tempo, a Braskem adotou um discurso neutro, apesar dos indícios claros de afundamento. Embora o desastre tivesse começado em 2018, somente com a iminência do colapso o caso ganhou projeção nacional, em parte devido à influência da empresa sobre a mídia e às suas conexões com o poder público (Rodrigues et al., 2024).

Tem-se, então, não só uma tragédia socioambiental, mas também um desastre criado por um estado de incertezas geradas pela própria organização, além da evidente expressão social da vulnerabilidade (Gilbert, 1998). Ela não seria meramente produzida em razão da ausência de comunicação ou informação, mas também pela profusão anárquica de informações que acaba interferindo nos sistemas de pensamento e nos modos de organização da sociedade.

Com base nesses elementos, no presente texto nosso foco será um ente profundamente envolvido nas controvérsias do referido acontecimento: a Prefeitura de Maceió. A Prefeitura, sob a gestão de João Henrique Caldas (JHC), foi pressionada a agir diante da tragédia e essa atuação se deu de diversas formas. Nosso objetivo é compreender, especificamente, como se deu a sua comunicação pública diante do colapso da mina 18. Entendemos tal comunicação como aquela que se realiza na esfera pública e que envolve o debate coletivo acerca de temas de interesse público. Tal debate deve ser aberto à participação social ativa, tendo como horizonte a ampliação da visibilidade e da publicização das questões que atravessam a sociedade. Também utilizamos o termo para designar as estruturas e as práticas de comunicação do setor público, que assumem a responsabilidade de informar a população, estabelecer relações com a sociedade civil e promover interações institucionais entre governo e públicos, por meio de canais de escuta, diálogo e participação (Pimenta, 2024, 2015).

Estabelecemos um recorte nas notícias publicadas no site oficial da Prefeitura e realizamos a análise de enquadramento multimodal, conforme descrito por Wozniak et al. (2014), que abrange as representações visuais e textuais da informação, bem como as duas possíveis construções comunicativas da notícia, quais sejam, o enquadramento e a narrativa. Cabe ressaltar, entretanto, que este texto traz os resultados parciais de uma pesquisa maior, em que analisamos a comunicação pública da Prefeitura de Maceió e do Governo de Alagoas diante do colapso da mina 18 da Braskem.

Isso posto, o presente artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção traz os conceitos básicos de comunicação pública com os quais estamos trabalhando. Na sequência, a segunda seção apresenta a metodologia acionada. A terceira, em linhas gerais, explora como se dá a comunicação da Prefeitura de Maceió. A terceira seção, por sua vez, traz os resultados da análise multimodal desenvolvida.

Alinhando conceitos sobre a comunicação pública

O termo comunicação pública apresenta caráter polissêmico, abrangendo desde concepções mais instrumentais, voltadas às técnicas comunicativas utilizadas pelo governo, até abordagens que destacam dimensões subjetivas e abstratas das relações estabelecidas entre cidadãos e poder público. Nesse sentido, é possível compreender três dimensões que auxiliam na elucidação desse processo comunicacional: (a) a comunicação do poder público “para” e “com” os cidadãos; (b) a comunicação pública como espaço de circulação estratégica de temas de interesse coletivo; e (c) a comunicação constituída no espaço público e veiculada pela (ou para a) opinião pública (Pimenta, 2015).

Pimenta (2015) pontua que a primeira dimensão da comunicação pública diz respeito à interação entre o poder público e a sociedade civil, destacando a responsabilidade do Estado em garantir canais de escuta e de participação dos cidadãos. A segunda dimensão compreende a comunicação pública como um espaço de circulação estratégica de temas de interesse coletivo entre diferentes instituições, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor, o que reforça seu caráter transversal e interinstitucional. Já a terceira dimensão refere-se à comunicação que ocorre no espaço público e que impacta diretamente a opinião pública, configurando-se como elemento fundamental para o exercício da cidadania, pois possibilita que as ações do poder público sejam discutidas, avaliadas e legitimadas pela sociedade. Observamos que a comunicação pública não se reduz a uma prática unidirecional, mas se constitui como um complexo de interações complementares, nas quais essas três dimensões se entrelaçam, revelando um caráter multifacetado e dinâmico.

Para Bucci (2022), a comunicação pública, para merecer o adjetivo de pública, precisa envolver mecanismos inclusivos e abertos à participação, às críticas e aos apelos da sociedade civil. Isto é, tal comunicação vai além da mera transmissão de informações e se configura como um instrumento essencial para promover o engajamento da população e fortalecer a transparência na gestão pública.

Gomes et al. (2018, p.5) destacam que "há transparência quando sujeitos independentes do agente ou dos agentes públicos que praticaram determinada ação têm acesso à informação necessária para saberem, pelo menos, que ato foi praticado, por quem e com qual escopo". Os autores pontuam que a transparência se dá em diferentes níveis e envolve pelo menos três dimensões: (a) os assuntos e âmbitos sobre os quais se podem produzir informação pública; (b) a extensão e a qualidade da informação disponível, e (c) o montante de pessoas e de classes de pessoas a quem é permitido acesso a essa informação.

De acordo com Filgueiras (2011), a transparência constitui um valor central da gestão pública contemporânea. Sua efetivação implica ampliar o acesso da sociedade às informações sobre as ações dos agentes públicos, fortalecendo, assim, os mecanismos de *accountability*. Cabe, portanto, às instituições políticas desenvolver instrumentos de prestação de contas que permitam transformar a razão de Estado em razão pública, garantindo o controle social sobre o poder político. Nesse sentido, a *accountability* não se restringe ao processo contábil, mas configura um processo político e democrático de exercício da autoridade pelos cidadãos. Como sua realização depende do aprimoramento da transparência, os dois conceitos frequentemente aparecem como intercambiáveis.

Buscando propor uma categorização própria que permita compreender, de forma mais precisa, aquelas experiências comunicacionais que envolvem a Comunicação de Estado, Miola e Marques (2024) argumentam que a comunicação pública é produzida por agentes do Estado, que dialogicamente participam da construção de consensos relacionados ao interesse público e utilizam a mídia pública a partir de princípios republicanos. Os autores denominam tal comunicação como Comunicação Pública de Estado (CPE) e destacam que ela se estrutura em duas dimensões complementares: uma normativo-democrática, voltada à promoção da participação cidadã, da transparência, da *accountability*, bem como ao acesso a direitos sociais por meio de serviços, contribuindo para a governança; e outra de caráter institucional, orientada à cidadania, com ênfase na construção de laços sociais, no estímulo à solidariedade e na promoção da confiança nas instituições e na democracia. Enfatizam que tais dimensões não devem, em hipótese alguma, ser confundidas com promoção pessoal ou partidária, ainda que práticas de instrumentalização política recorram, com frequência, a estratégias que se revestem de interesse público.

Na perspectiva da transparência e da *accountability*, Fernandes (2021) aponta que não há espaço para propagandas que promovam governo e governantes ou para fake news usadas com o objetivo de desmoralizar opositores do governo ou instituições que façam sua fiscalização. A visibilidade pública, que é necessária às democracias, deveria ser orientada pela transparência e pelo debate crítico, promovendo direitos e emancipação social. Todavia, Weber (2025) aponta que essa visibilidade pode ser adaptada, distorcida ou instrumentalizada por interesses privados e projetos ideológicos, relativizando verdades e obscurecendo o interesse público.

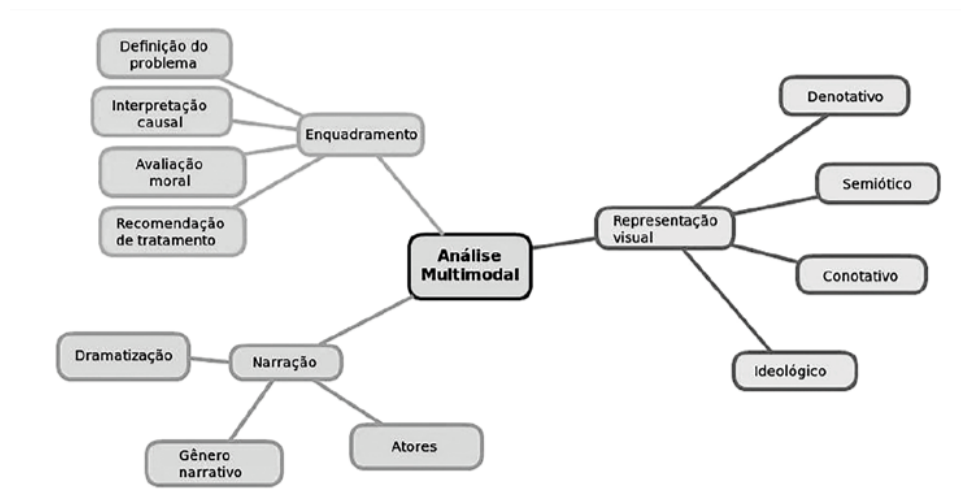
Considerando esses elementos, na próxima seção apresentaremos a metodologia utilizada para a consecução do objetivo de compreender a comunicação pública da Prefeitura no contexto da crise da mina 18.

Metodologia

A metodologia adotada especificamente no recorte que fizemos neste texto combinou análise documental e análise de enquadramento multimodal (Wozniak et al., 2014). A etapa inicial consistiu em analisar documentos para descrever, em linhas gerais, como se dá a comunicação pública da Prefeitura de Maceió. Após essa etapa, estabelecemos um recorte no site institucional da Prefeitura de Maceió (<https://maceio.al.gov.br/>), com coleta abrangendo o período entre novembro de 2023 e maio de 2024. As notícias foram coletadas utilizando a ferramenta “exportar como PDF”, nativa dos navegadores *web*. A chave de busca utilizada no site foi “mina 18”. Ao todo, foram encontrados e coletados 82 textos. O conteúdo de cada texto foi transcrito e compilado em um único arquivo, para facilitar a etapa de análise multimodal.

Wozniak et al. (2014) defendem que somente uma análise sistemática dos três diferentes modos comunicativos pode aproximar o pesquisador da imagem geral construída pelas notícias e, ainda, da experiência de recepção multimodal do público. A análise multimodal abrange, assim, as representações visuais e textuais da informação, bem como as duas possíveis construções comunicativas da notícia, quais sejam, o enquadramento e a narrativa, conforme pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 - Esquema da Análise Multimodal



Fonte: Compa (2016).

Na próxima seção, apresentamos a primeira etapa da análise, em que buscamos entender como se dá a comunicação pública da Prefeitura de Maceió, que é nosso foco neste texto.

A comunicação da Prefeitura de Maceió

A Prefeitura possui uma Secretaria Municipal de Comunicação (Secom), que "atua com a comunicação institucional da administração direta e indireta, com o objetivo de divulgar os projetos e políticas de governo e disseminar informações do Município de Maceió a respeito de assuntos de interesse dos mais diversos segmentos sociais" (Secom, 2024, n.p.). Observamos nessa explicação uma ideia muito mais instrumental e transmissiva do que dialógica, o que já fere o ideal normativo da comunicação pública aberta e participativa.

Para cumprir esse objetivo de "disseminar informações", a Secom é responsável pelos canais de comunicação da Prefeitura, dos quais podemos elencar o Diário Oficial do Município, o portal eletrônico oficial (<https://maceio.al.gov.br/>), os perfis oficiais nas mídias sociais digitais Facebook (228 mil seguidores), Instagram (422 mil seguidores), X (27,4 mil seguidores) e no Youtube (55,4 mil inscritos). Além disso, faz inserções nos canais de televisão aberta e nas rádios, bem como em outdoors e outras mídias presentes no mobiliário urbano.

Desde que JHC assumiu a Prefeitura de Maceió em 2021, a comunicação pública municipal tornou-se mais estetizada e centrada em sua figura. Apostando no marketing político para romper com a imagem da "velha política" — da qual seu próprio histórico familiar é parte —, o prefeito utiliza intensamente as redes sociais com uma postura influenciadora, o que lhe rendeu o apelido de "prefeito do Instagram". Essa estratégia vem acompanhada de um forte aparelhamento da comunicação institucional, evidenciado pelo aumento expressivo do orçamento da Secom em 2024. Tal orçamento foi de R\$ 14.372.126,00 (Maceió, 2024), quase três vezes mais do que o orçamento para o órgão em 2023, que foi de R\$ 5.280.000,00. Para se ter uma ideia, esse valor foi maior do que o destinado a importantes secretarias para o município, como a Secretaria Municipal de Turismo, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional, a Secretaria Municipal da Mulher, Pessoas com Deficiência, Idosos e Cidadania, dentre outras.

O comportamento midiático-instagramável de JHC também se reflete na Prefeitura de Maceió. O perfil da Prefeitura no Instagram, por exemplo, apresenta postagens altamente estilizadas, com o uso frequente de vídeos curtos e bem produzidos, além de *memes* e *trends* que viralizam na internet, adaptados ao contexto da Prefeitura e exaltando os feitos da gestão, como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 – trends utilizadas pela Prefeitura de Maceió



Fonte: Instagram da Prefeitura de Maceió (2025, n.p.).

Com essas práticas da política “instagramável”, a Prefeitura insere-se em um “Estado espetáculo”, caracterizado pela estetização da comunicação pública, cujo foco é a veneração e o culto da imagem pública. Esse fenômeno resulta em um espaço político que se assemelha mais ao mercado do que ao debate público, transformando a política e, conseqüentemente, a comunicação pública, em uma mercadoria consumível (Bucci, 2015). Mas como fica tal comunicação em contextos de crise, como o ocorrido no colapso da mina 18 da Braskem?

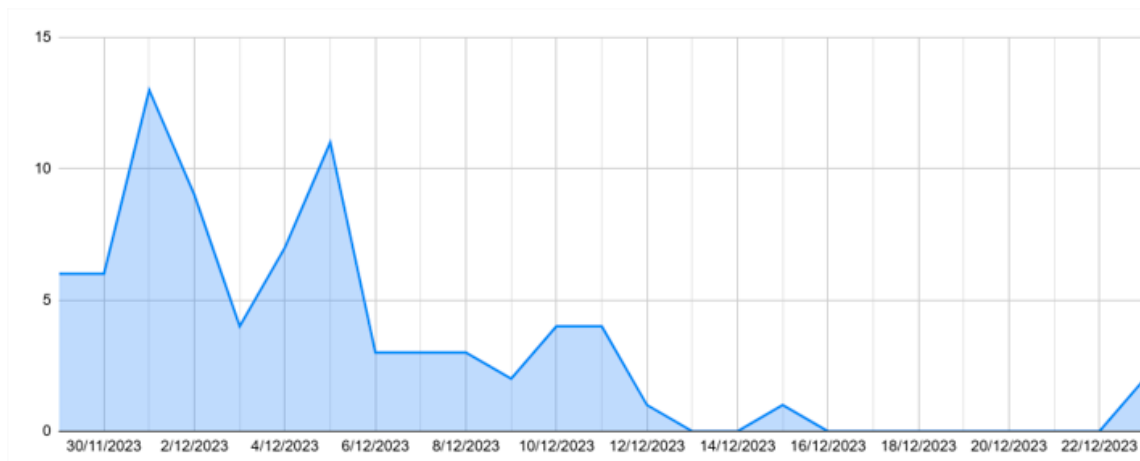
Na próxima seção, nos debruçamos sobre os enquadramentos das notícias publicadas no site oficial da Prefeitura durante a crise instaurada, para trazer elementos que nos permitam dizer de tal comunicação.

A “Prefs” e o colapso da mina 18 da Braskem

Quando foi publicado o decreto de emergência (Decreto nº. 9.643), no dia 29 de novembro de 2023, logo a Prefeitura divulgou a criação de um gabinete de crise para lidar com a situação. Um clima de incertezas emergiu em Maceió. As informações eram desconstruídas, a Braskem demorou a se pronunciar, mas a Prefeitura iniciou um processo intenso de publicações em seu site oficial e nas mídias sociais.

Os dias 1 e 5 de dezembro de 2023 concentram o maior número de notícias publicadas no site, 13 e 11, respectivamente, como pode ser observado no Gráfico 1. Das 13 notícias publicadas no dia 1, sete são dedicadas a divulgar as ações da Prefeitura e do gabinete de crise, sendo que as demais cobram uma responsabilização da Braskem e falam das medidas de prevenção adotadas. No dia 5, por sua vez, saíram três notas oficiais da Defesa Civil. As demais notícias do dia mostram as ações realizadas pela gestão municipal para dar suporte aos afetados. Além desses picos, houve um fluxo médio de publicações até o dia do colapso. Depois do dia 11, foram publicadas apenas oito notícias esporádicas sobre o caso, sendo que a última foi postada no dia 12 de março de 2024 e fala sobre o plano de contingência ambiental da Lagoa Mundaú.

Gráfico 1 - Frequência de notícias no site da Prefeitura



Fonte: Elaborado pelos autores.

Partindo para os três níveis da análise multimodal, iniciamos com a análise da representação visual, que envolve quatro níveis: denotativo, semiótico-estilístico, conotativo e ideológico (Wozniak et al., 2014).

a) Representação Visual

Foram identificadas 95 imagens nas 82 notícias analisadas, sendo que 25 dessas não apresentavam nenhum recurso imagético. Para fins de análise, consideramos apenas a imagem mais emblemática de cada notícia, geralmente posicionada no início do texto. As imagens observadas revelam uma composição visual estrategicamente elaborada, cujo propósito não se restringe a ilustrar fatos ou registrar ações da Prefeitura de Maceió diante da crise urbana e ambiental. Elas atuam também na construção de uma narrativa simbólica que projeta autoridade, reforça a ideia de transparência e busca transmitir um compromisso público por parte da gestão municipal.

Verificamos que a representação visual não se limita ao aspecto estético do conteúdo, mas se insere em uma estratégia comunicacional orientada à legitimação da gestão diante do colapso da mina 18, provocado pela Braskem. A seleção, disposição e edição das imagens, associadas ao uso de cores e símbolos institucionais, contribuem para destacar o protagonismo da Prefeitura como agente central da crise, relegando a uma posição secundária a participação efetiva dos cidadãos atingidos — quando aparecem, geralmente figuram em segundo plano, compondo o cenário, mas não ocupando a narrativa principal.

No plano semiótico-estilístico, a predominância do uso do plano aberto permite não apenas a visualização dos personagens, mas também dos espaços institucionais em que se encontram, como no exemplo da Figura 3. Tal escolha estética produz um efeito de transparência e abrangência, convidando o observador a "ver tudo" — dos rostos dos gestores às mesas de reunião, dos auditórios às ruas sinalizadas para evacuação. Trata-se de uma linguagem visual que sugere visibilidade e acessibilidade do poder público, transmitindo a narrativa de que o governo está presente, ativo e em ação. Observamos que a escolha de enquadramentos não é neutra: todo recorte imagético implica uma intenção discursiva que orienta a leitura do espectador.

Figura 3 - Imagem presente em uma notícia, com plano aberto



Foto: Secom Maceió.

Outro recurso recorrente é o uso de ângulos em câmera alta, que reforçam a noção de ordenamento visual. Ao colocar o espectador numa posição superior, cria-se a sensação de vigilância, monitoramento e racionalidade diante da crise. Esse enquadramento não apenas amplia o campo visual, mas também simboliza o papel do poder público como instância que observa de cima, classifica riscos e coordena soluções. Em contraponto, a câmera baixa — capaz de conferir monumentalidade ou hierarquia aos sujeitos retratados — aparece com menor frequência, o que sugere a opção por um discurso de neutralidade, profissionalismo e sobriedade, em vez de uma superioridade agressiva.

Essa escolha narrativa se evidencia, por exemplo, nas imagens de reuniões e encontros técnicos, em que a câmera alta permite captar a totalidade dos participantes, suas interações e a disposição dos corpos no espaço, como pode ser observado na Figura 4. O efeito produzido é o de planejamento conjunto e ação coordenada, reforçando a ideia de um coletivo organizado que atua de forma integrada na gestão da crise.

Figura 4 - Imagens presentes nas notícias, com câmera alta em reunião



Foto: Secom Maceió.

Do ponto de vista denotativo, as atividades representadas nas imagens podem ser agrupadas em três núcleos principais: reuniões político-administrativas (15 imagens), atividades de monitoramento técnico (8) e ações de assistência à população (6). A visualidade dessas ações tende a ser captada com planos abertos e ângulos neutros ou altos, que privilegiam a representação da cena como um todo e evitam a focalização em aspectos sensacionalistas ou emocionais. Essa opção pelo distanciamento controlado reforça a imagem de uma Prefeitura técnica, eficiente e responsável.

Também foi possível observar um conjunto expressivo de imagens que se caracterizam pela ausência de pessoas (21). Essa ausência é perceptível principalmente nas áreas diretamente impactadas pela mineração, como a mina ou os bairros que já foram evacuados. Nesses casos, o plano aberto ganha destaque mais uma vez, permitindo ao espectador captar a extensão do território vazio ou degradado, como no exemplo da Figura 5.

Figura 5 - Imagem presente em uma notícia, com plano geral da área da mina



Foto: Filipe Valões / Secom Maceió.

A ausência de pessoas, contudo, não deve ser tratada como uma lacuna documental, mas como recursos simbólicos que visam à construção da ideia de urgência, perda e da necessidade de intervenção do poder público, uma vez que, ao mostrar um território vazio, a comunicação institucional sensibiliza para a urgência da realidade instaurada, enfatiza a dimensão da perda e a intervenção estatal. Ou seja, o silêncio humano representado nesse contexto reforça a narrativa de que a tragédia não é vivida apenas de forma individualizada, mas também afeta o espaço coletivo, exigindo uma resposta rápida das partes interessadas.

Em contrapartida, frequentemente a imagem do Prefeito JHC é vista nos registros, assim como a de membros da Defesa Civil (Figura 6). Esse dado já indica uma intenção de construir uma narrativa em que a Prefeitura aparece como protagonista da

ação e da resolução do problema, sendo a responsável por encontrar meios para driblar a situação.

Figura 6 - Imagem presente em uma notícia, com o Prefeito JHC e membros da Defesa Civil



Fonte: Daniel Paulino/Secom Maceió.

Além do exposto, alguns registros exploram gestos emblemáticos e específicos como os punhos cerrados, braços levantados ou o uso de binóculos para monitorar as áreas afetadas (Figura 7). Apesar de pouco numerosos, esses gestos indicam foco, observação técnica, resistência e esforço, humanizando a ação institucional e introduzindo elementos dramáticos pontuais, sem comprometer a sobriedade geral das imagens. Essas imagens, embora reafirmem a ação estatal, constroem uma narrativa que ressoa entre a imagem técnica representada e a empatia simbólica das ações.

Figura 7 - Imagens presentes em notícias, com registro dos gestos



Foto: Secom Maceió.

No que diz respeito à indumentária dos sujeitos retratados nas imagens, ela desempenha um papel central na construção simbólica dos papéis sociais e institucionais no contexto da crise. As vestimentas são, aqui, signos que marcam posição, intenção e autoridade. As categorias mais recorrentes — colete da Defesa Civil (14), roupas formais ou de trabalho (12) e uniformes de órgãos públicos (6) — configuram um léxico visual que comunica seriedade, competência e operacionalidade. Essas vestimentas fazem parte da gramática imagética.

A análise do ponto de vista dos cenários retratados confirma o que já havíamos discutido antes: existe uma preferência pela centralização institucional. Notamos a predominância de ambientes formais como prédios públicos (20 imagens), gabinetes de crise (7) e locais administrativos, em detrimento de áreas afetadas pela tragédia — como as regiões desocupadas ou a própria área da mina, que aparecem de forma bem menos frequente. Em alguns casos, sequer existem registros visuais dos territórios afetados, sugerindo uma escolha feita, de forma consciente, de não veicular a documentação da destruição. Essa decisão, no entanto, traz a ideia de que os problemas serão sempre resolvidos dentro de um gabinete, sem que se tenha a participação ativa das pessoas em dimensão territorial e comunitária.

Entre as imagens em que é possível identificar atividades, há uma ênfase em reuniões de trabalho (8 imagens), atividades em áreas de monitoramento (8) e reuniões políticas (6), projetando uma imagem de racionalidade e segurança. Essa distribuição aponta para uma construção visual focada nos bastidores da gestão da crise — ou seja, uma narrativa institucional voltada à demonstração de articulação técnica, tomada de decisão e presença governamental nos espaços de controle.

É importante destacar que a escolha desses elementos traz destaque para a dimensão processual da gestão, sem trazer grandes relevâncias para a parte experiencial. Ao optar por escolher centralizar o olhar nos bastidores, a Prefeitura projeta uma imagem de quem é capaz de resolver as questões organizacionais, mas, em contrapartida, traz pouca visibilidade para a experiência dos atingidos, que aparecem de forma muito pontual (apenas 6 imagens). Dessa forma, a tomada de decisão dos superiores se torna o espetáculo principal da situação, enquanto a realidade vivida pelos atingidos é quase invisível.

Além disso, podemos observar que a repetição de cenas de atuação da gestão traz a ideia de constância, enfatizando a atuação permanente do poder público, construindo a narrativa de que existe um cuidado pela população em tempo integral, mesmo em tempos de crise.

Sobre o caráter conotativo e ideológico presentes na representação visual dos conteúdos analisados, é possível perceber que as imagens produzidas e veiculadas não se limitam à função informativa, mas também operam como dispositivos ideológicos que moldam a percepção pública sobre o papel do Estado e de construir narrativas que agregam na narratividade política. Por meio de enquadramentos técnicos, câmeras altas, planos abertos e composições cuidadosamente organizadas, constrói-se uma narrativa visual que enfatiza ordem, racionalidade e controle. O prefeito JHC aparece

quase sempre centralizado, cercado por técnicos e autoridades, reforçando uma estética personalista e a imagem de liderança ativa e comprometida (Figura 8).

Figura 8 - Imagem presente em notícia, com registro de JHC na centralidade



Foto: Secom Maceió.

Observamos também que, simultaneamente, a população afetada é representada de forma passiva, quase sempre como receptora das ações governamentais. Esse tipo de representação não só traz uma lógica assistencialista, mas coloca o cidadão como espectador de sua própria tragédia, excluindo a sua capacidade de reivindicação. A estetização da crise — com imagens limpas, silenciosas e organizadas de áreas devastadas — transforma o desastre em uma questão técnica, despolitizada e sob controle, reforçando a ideologia da governabilidade.

Entre as imagens coletadas, notamos a presença de temas que fazem menção a apoios interinstitucionais, que reúnem várias esferas de governo com a tentativa de haver cooperações entre esses entes. Tal comportamento possibilita a transmissão da imagem de harmonia e consenso, porém, também é capaz de encobrir tensões reais da crise, por meio de responsabilidades não assumidas.

Portanto, quando se decide privilegiar cenas burocráticas, técnicas e políticas, combinadas à baixa presença de registros relacionados à assistência humanitária e ao diálogo com os atingidos, sugere-se uma estratégia comunicacional centrada na auto afirmação da competência estatal, mais do que na escuta ou na reparação, fazendo com que a tragédia seja transformada num espetáculo de gestão, em que o sofrimento do povo é moldado à uma narrativa de superação, performado pela ideia de controle da situação.

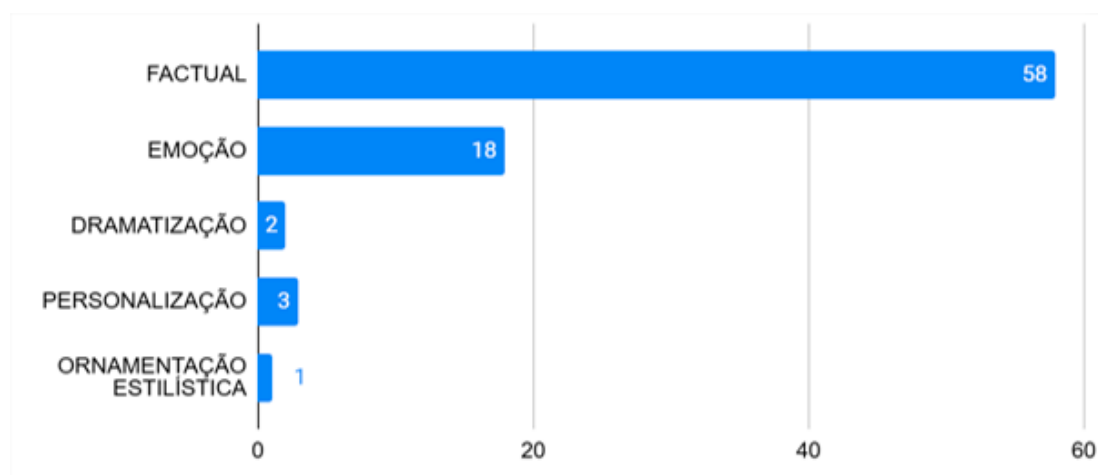
Nesse viés, percebemos que o uso dos trajes assume um papel simbólico de extrema importância para o papel decisivo, como o uso do colete da Defesa Civil, que

conota emergência, ação técnica e proteção da população. Seu uso não apenas identifica o agente como preparado, mas também cria uma ponte visual com a ideia de "gestão da crise". Ele funciona como um símbolo de prontidão estatal, reforçando que há agentes públicos visivelmente envolvidos em cuidar da cidade. As roupas formais e os uniformes institucionais carregam uma carga conotativa de ordem, profissionalismo e hierarquia. Transmitem a ideia de que as ações são coordenadas por gestores e servidores preparados, reforçando a imagem de um Estado que atua com racionalidade administrativa.

b) Narração

A análise narrativa, conforme Wozniak et al. (2014), se pauta no grau de narratividade (factual, dramatização, emoção, personalização, ornamentação estilística), no gênero narrativo (tema, tom, resultados esperados) e nos papéis associados aos sujeitos (herói, vítima, vilão) presentes na notícia, individuais ou coletivos. Nas 82 notícias publicadas no portal da Prefeitura de Maceió durante a crise da mina 18 da Braskem, observamos na narratividade um predomínio expressivo do enquadramento factual, presente em 58 textos, o que corresponde a 70,7% do total (Gráfico 2). Nessas publicações, a ênfase recaiu sobre a transmissão de informações objetivas, técnicas e institucionais, evidenciando a priorização de comunicados oficiais, notas da Defesa Civil, atualizações sobre medidas adotadas e orientações à população.

Gráfico 2 - Narratividade presente nas notícias



Fonte: Elaborado pelos autores.

Essa preferência pelo formato factual revela a intenção de garantir clareza e exatidão nas informações. A postura pode ser interpretada como um elemento fundamental para sustentar um processo comunicacional pautado pela confiança, especialmente durante uma situação de emergência marcada pela rápida disseminação de notícias.

A presença de narrativas com apelo emocional, observada em 18 notícias, revela a recorrência de estratégias discursivas voltadas à empatia e à sensibilização. Na notícia "Prefeitura de Maceió inicia distribuição de cestas básicas para pescadores afe-

tados por restrição”, um pescador foi entrevistado e relata que os pescadores tiveram “a compreensão do governo municipal de promover as entregas de cestas”. Ele ainda destaca que o auxílio seria importante para amenizar os problemas financeiros dos trabalhadores.

Tais matérias, em geral, retratam o impacto sensível da crise, como as dificuldades enfrentadas por famílias deslocadas, a afetação causada pelo desastre às realidades socioeconômicas de pescadores e marisqueiros e declarações de autoridades em tom de solidariedade. Embora não predominantes, cumprem papel importante na humanização da comunicação pública do poder municipal.

A personalização foi identificada em dois textos, nos quais o foco se concentrou em um indivíduo específico: o prefeito JHC — atribuindo às histórias sobre a gestão de crise, seu rosto e suas virtudes. Com o título “Prefeitura se reúne com bancada federal e prega união para preservar vidas”, a notícia destaca a atuação do prefeito. A matéria inicia citando que JHC estaria conversando com deputados para garantir “a segurança dos maceioenses que residem na região afetada”. Ainda nessa notícia, uma frase de impacto do prefeito é inserida, dizendo que não iria se omitir “como outras gestões fizeram, que nunca sentaram para resolver a irresponsabilidade da Braskem”.

Já a dramatização, presente em duas notícias, surgiu de forma pontual, intensificando o tom de urgência e risco e ressaltando o caráter inédito ou extremo da situação, mas sem perder a ancoragem nos fatos. Por fim, a ornamentação estilística apareceu apenas em um caso, no qual se verificou o uso de recursos linguísticos mais elaborados, como metáforas e construções narrativas marcadas por intencionalidade estética ou política, enfatizando que “por determinação do gestor, equipes seguem 24 horas de plantão”, além de “seguir rigorosamente todos os protocolos”. Assim sendo, uma demonstração de trabalho incessante por parte da Prefeitura na situação da mina 18.

Os resultados, no total, apontam para uma abordagem de comunicação que prioriza fortemente a divulgação de dados e posicionamentos oficiais, utilizando a carga emocional de maneira pontual e regulada para fortalecer a autoridade e a conexão com os cidadãos. As estratégias de personalização, dramatização e ornamentação atuam como elementos acessórios, usados de maneira restrita para dar mais força à mensagem em ocasiões particulares. Esse perfil é condizente com um cenário de crise, em que o governo municipal teve como objetivos principais inspirar segurança, exibir organização, afirmar seu domínio sobre a ocorrência e estabelecer a imagem do prefeito como protetor da comunidade, abstando-se de uma linguagem mais incisiva e crítica que poderia desencadear alarme ou prejudicar a confiança na instituição.

Quanto aos temas, a análise revela quatro categorias narrativas principais, cada uma com objetivos comunicacionais distintos. A categoria “História de Sucesso”, presente em 31 notícias analisadas, destaca ações governamentais bem-sucedidas como a criação do Gabinete de Crise, a evacuação de famílias, a distribuição de cestas básicas e a articulação político-institucional para reconhecimento federal do estado de emergência. Essas publicações visam principalmente a reforçar a imagem de eficiência da gestão municipal e transmitir segurança à população.

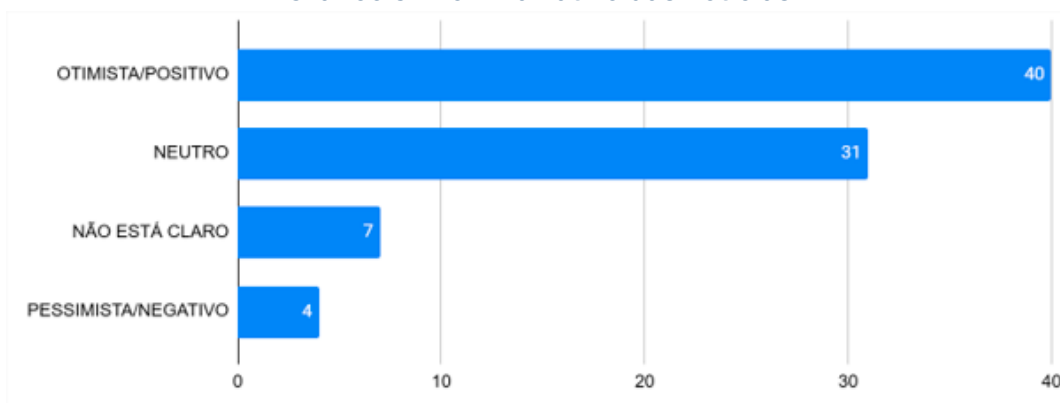
Em segundo plano, em "Assuntos Cotidianos" (19 notícias), os textos abordaram os impactos práticos da crise na vida dos cidadãos, incluindo transferência de pacientes, suspensão de atividades, reabertura de vias e atendimentos de saúde emergenciais. Essa categoria cumpria a função essencial de informar sobre ajustes necessários nos serviços públicos durante o período de crise. Um grupo menor, mas significativo, de notícias (3 textos) foi classificado como "Conflito Político-Social", concentrando-se nas disputas de responsabilidade e críticas à Braskem, adotando uma postura mais incisiva sobre a empresa — chegando a rotular o desastre como "dano ambiental impagável e irrecuperável". Tais publicações tinham como claro objetivo político posicionar a Prefeitura como intercessora dos interesses populares e pressionar por reparações.

Notou-se ainda um conjunto considerável de textos (29 notícias) classificados como "Não está claro", compostos principalmente por notas técnicas da Defesa Civil e comunicações institucionais pouco contextualizadas ou alternantes entre diferentes categorias.

A estratégia de comunicação adotada privilegiou, majoritariamente, relatos que destacam a eficiência governamental (31), associados a uma parcela expressiva de conteúdos de natureza técnica ou com temática ambígua (29). Essa base foi complementada por informes de cunho utilitário sobre o dia a dia dos serviços (19) e, de forma mais pontual, por tomadas de posição políticas incisivas (3). Esse arranjo demonstra uma tática de gestão da crise que mesclou elementos racionais e afetivos. A análise do conjunto deixa transparecer uma postura comunicativa orientada para o reforço positivo da própria imagem institucional da Prefeitura, ao mesmo tempo que revela uma atitude de confronto menos decisiva em relação à Braskem.

No que se refere aos tons, a Prefeitura adotou predominantemente um otimista e positivo em suas comunicações, representando 48,8% do total de registros (Gráfico 3). Esse viés se manifesta nas mesmas notícias que tematizam as histórias de sucesso, reforçando novamente a ideia de que a gestão municipal atuou para mitigar os efeitos da crise. Nessas notícias, são destacadas as ações do Comitê de Gerenciamento de Crise e o prefeito é colocado como ator central das ações positivas. Na matéria "Prefeitura segue acompanhando de forma permanente situação de iminente colapso em Maceió", é destacado no texto que "reuniões do grupo de trabalho para acompanhamento da execução do plano de contingência e novas ações têm sido acompanhadas pelo prefeito, que tem buscado a união das forças integradas".

Gráfico 3 - Tom narrativo das notícias



Fonte: Elaborado pelos autores.

O tom positivo também aparece em comunicações que enfatizam parcerias com órgãos federais e a busca por soluções coletivas, como reuniões com bancadas políticas e ministérios, sugerindo um esforço para construir confiança e demonstrar unidade diante da adversidade.

Em contraste, 31 notícias foram classificadas como neutras, concentradas principalmente nas notas oficiais da Defesa Civil e atualizações técnicas sobre a situação. Esses textos tendem a ser informativos, sem carga emocional ou avaliação explícita, focando em dados e procedimentos. Embora menos engajadoras, são mensagens que cumprem seu papel ao fornecer transparência e informações objetivas, especialmente em contextos de crise em que a clareza é crucial.

As categorias "Não está claro" (7 notícias) e "Pessimista/Negativo" (4) aparecem com menor frequência, mas são importantes. A comunicação ambígua muitas vezes envolve atualizações vagas sobre planos ou decisões ainda em andamento. Já o tom negativo, surge em situações em que a Prefeitura assume uma postura crítica, como ao responsabilizar a Braskem pelos danos ambientais ou ao relatar a necessidade de auxílio externo para pescadores. Esses momentos, pouco frequentes, revelam uma dimensão menos apaziguadora do posicionamento do governo municipal.

De modo geral, a abordagem comunicacional do governo municipal focou em promover uma imagem de proatividade e confiança, evitando dar ênfase aos elementos desfavoráveis da situação, sem, contudo, omiti-los por completo. A combinação de uma postura majoritariamente positiva com a neutralidade técnica indica um esforço para preservar a confiança do público e acalmar os ânimos, ao mesmo tempo em que os raros momentos de tom crítico demonstram um reconhecimento pontual de que a situação demandava soluções mais definitivas.

Outro padrão narrativo perceptível é a construção de papéis sociais específicos para os sujeitos envolvidos na crise. Em "Sujeito como herói" (apontados em 22 notícias), aparecem com frequência sujeitos associados ao quadro "Ator institucional" (17 notícias), a exemplo da própria Prefeitura e seus órgãos, como as secretarias e a Defesa Civil. Em alguns casos, indivíduos ou grupos específicos (como agentes de limpeza ou equipes de saúde) também são destacados como heróis, mas a centralidade recai sobre a instituição, sugerindo uma estratégia de fortalecimento da confiança nas autoridades.

Já a categoria "Sujeito como Vilão" (20 notícias) é menos frequente, mas significativa. A Braskem surge como principal antagonista em comunicações que a responsabilizam pelos danos ambientais e pelo desastre, como em notas que exigem reparações ou criticam a falta de transparência da empresa. O "Sujeito como vítima", quando identificado, é representado majoritariamente como "Ator coletivo" (22 notícias), como pescadores, moradores de bairros afetados e famílias desalojadas. Essas menções destacam sofrimento e vulnerabilidade, mas muitas vezes de forma genérica, sem aprofundamento em histórias individuais. A vítima coletiva serve para justificar as ações heroicas da Prefeitura, criando um contraste entre a população necessitada e a instituição protetora. No entanto, em alguns casos, a categorização como vítima é ambígua (como em notas que mencionam "não está claro"), o que pode indicar tentativas de evitar assumir responsabilidades por danos específicos.

Surpreende a predominância de aparecimentos da categoria "Não se aplica" (57 notícias) no corpus analisado, sugerindo que grande parte das comunicações da Prefeitura não atribuiu explicitamente esse papel a indivíduos ou grupos afetados pela crise. Esse resultado pode ser interpretado de diferentes formas. Inevitavelmente, a ausência de vítimas claramente definidas levanta questões sobre representação e visibilidade. Se as pessoas afetadas não são retratadas como vítimas na comunicação institucional, suas lutas podem perder força em meio a discursos mais genéricos sobre "ações de apoio" ou "áreas de risco".

Chama atenção a quase ausência de "Atores individuais" como vítimas ou vilões. A narrativa tende a coletivizar tanto os afetados quanto os responsáveis, possivelmente para evitar exposição de casos específicos que poderiam gerar controvérsias ou demandas diretas.

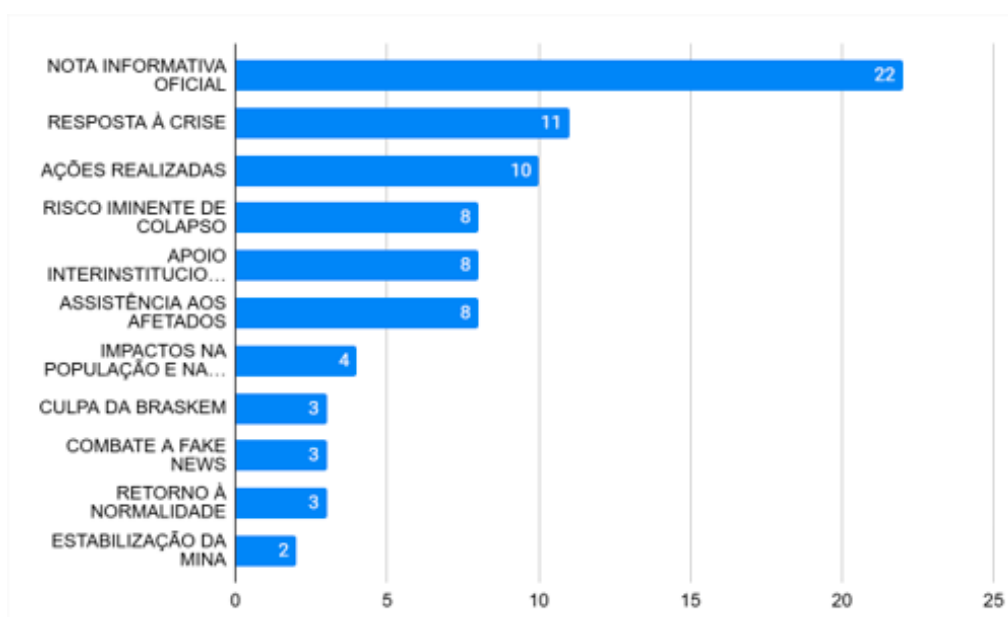
Por fim, a análise revela uma assimetria narrativa: enquanto a Prefeitura ocupa o lugar central (como herói), a população aparece principalmente como figura passiva (vítima ou beneficiária de ações). A Braskem, por sua vez, é o vilão externo, útil para direcionar a culpa, eleger um mal comum e desviar o foco de possíveis falhas da gestão municipal. Essa dinâmica sugere uma estratégia de comunicação que busca equilibrar responsabilização e autopromoção, mas que pode negligenciar outras nuances importantes geradas durante o caso.

c) Enquadramento

Baseando-se na proposição de Entman (1993), a análise que empreendemos neste ponto é orientada a partir dos seguintes quadros: i) definição do problema; ii) diagnóstico das causas; iii) julgamentos morais; e iv) sugestão de soluções.

No conjunto das 82 notícias publicadas no site, o enquadramento predominante foi "Nota Informativa Oficial", com 22 ocorrências (Gráfico 4). Esse dado é relevante, pois demonstra que a principal estratégia discursiva utilizada foi posicionar a entidade como a fonte primária e mais confiável de informação. Mais do que apenas gerir a crise, buscou-se controlar o fluxo informativo, estabelecendo o site como o canal de informações confiáveis e verídicas.

Gráfico 4 - Definição do problema



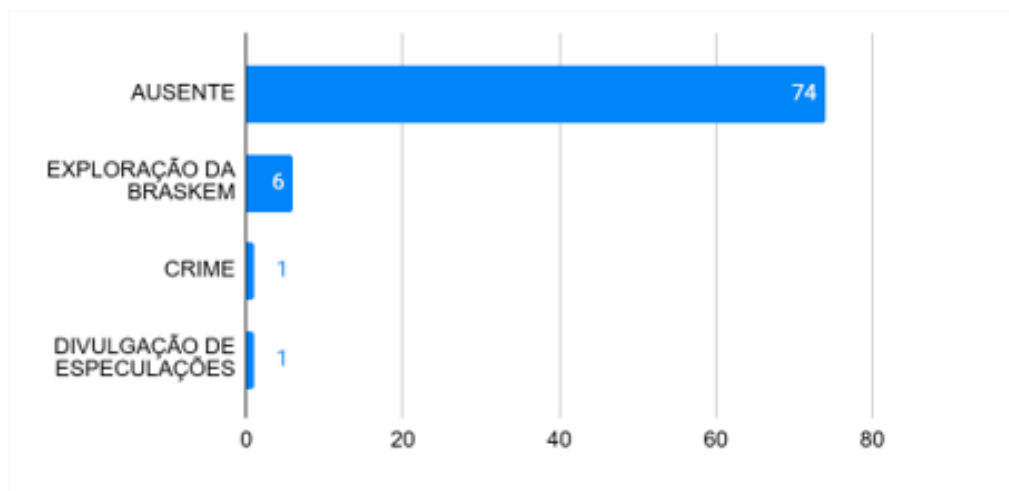
Fonte: Elaborado pelos autores.

Em seguida, componentes como "Resposta à crise" (11 ocorrências), "Ações realizadas" (10), "Apoio interinstitucional" (8) e "Assistência aos afetados" (8) consolidam a narrativa de uma gestão ativa, colaborativa e presente. A ênfase não recai sobre a tragédia em si, mas sobre a orquestração da resposta a ela. Constrói-se a imagem de uma Prefeitura organizada que não apenas reage, mas lidera um esforço coordenado com outras instituições e ampara a população.

Já os termos "Culpa da Braskem" (3) e "Combate a Fake News" (3) aparecem de forma muito menos expressiva. A baixa frequência sugere uma mudança tática. Em detrimento de confrontar diretamente a desinformação ou reiterar a culpa da empresa, a estratégia parece ser a de construir narrativas concorrentes com um volume massivo de comunicação oficial e de demonstração de ações concretas.

A análise das causas revela o aspecto discursivo mais radical desta comunicação: um deliberado esvaziamento da causalidade (Gráfico 5). A categoria "Ausente", com 74 ocorrências, é a protagonista absoluta. Isso significa que, na vasta maioria das publicações, a origem do problema sequer é mencionada. A crise é apresentada como um fato dado, um cenário sobre o qual se deve agir, mas cujas raízes são convenientemente omitidas. Essa omissão é uma escolha ideológica e, ao evitar a menção à "Exploração da Braskem" (apenas 6 ocorrências), a narrativa efetivamente despolitiza a crise. Ela deixa de ser o resultado de um modelo de negócio e de decisões corporativas para se tornar um "evento" e descontextualizado. Essa estratégia serve para focar toda a atenção na resposta da gestão, e não nas estruturas que permitiram o desastre.

Gráfico 5 - Definição da causa



Fonte: Elaborado pelos autores.

A etapa de julgamento moral reforça a narrativa de autolegitimação. O enquadramento "Ações efetivas da prefeitura" é massivamente predominante, com 43 ocorrências. O discurso aqui é de autocelebração, a comunicação não apenas relata ações, mas as qualifica moralmente como "efetivas", construindo ativamente uma imagem de sucesso e competência. Enquanto isso, a "Culpa da Braskem" é mencionada apenas 3 vezes, um número que confirma a estratégia de não centrar o discurso na responsabilização, mas sim na exaltação da própria performance da prefeitura. A alta frequência da categoria "Ausente" (33 ocorrências) neste eixo também é significativa. Em muitos casos, a comunicação opta por uma aparente neutralidade, simplesmente descrevendo os fatos, mas o faz dentro de um contexto geral em que a eficácia da gestão já foi estabelecida como o tom dominante.

As recomendações de tratamento consolidam a narrativa assistencialista e técnica. "Evacuação e Assistência à População" (20 ocorrências) e "Monitoramento Técnico Contínuo" (15) são as recomendações mais frequentes. O foco recai sobre a ação emergencial e o controle técnico, enquadrando a solução da crise como uma questão de logística e expertise, e não de disputa política. É crucial notar que, assim como nas causas, a categoria "Ausente" (35 ocorrências) é a mais comum. Muitas publicações informam sobre uma ação já em curso, sem projetar passos futuros, reforçando a ideia de um presente contínuo de gestão eficaz. As recomendações de "Atuação Jurídica e Política" (5) e "Responsabilização da Braskem" (3) são marginais. A Prefeitura evita a arena do conflito e da cobrança, preferindo o território mais seguro da ação técnica e do auxílio social.

Algumas considerações

O colapso da mina 18 da Braskem em Maceió, para além de seus impactos socioambientais devastadores, consolidou-se como um acontecimento de grande envergadura, revelando como narrativas e estratégias de comunicação pública operam em

contextos de desastre. A análise das notícias da Prefeitura de Maceió permitiu observar que, embora essa tenha sido premida pela urgência da crise, suas estratégias não apenas informaram, mas também disputaram sentidos e projetaram formas específicas de autoridade política.

Observamos que a seleção e a construção das imagens presentes nas notícias revelam um esforço simbólico de blindagem e valorização da figura do prefeito e da máquina pública municipal. A centralidade do prefeito JHC, retratado como coordenador de ações e como sujeito resolutivo, aponta para a instrumentalização comunicacional da crise com fins de fortalecimento político. O imaginário da “gestão eficiente” e do “prefeito presente” é cuidadosamente construído por meio de elementos visuais que não apenas informam, mas legitimam posições de poder. Ao mesmo tempo, a quase total ausência de representação das populações atingidas ou de imagens da devastação ambiental e urbana pode ser lida como uma tentativa de despolitizar a crise, reduzindo-a a um problema técnico ou de gestão, sem implicações sociais profundas ou responsabilidade empresarial sistêmica. Além disso, a ausência de imagens de protesto, dor ou conflito constrói uma narrativa de ordem e controle, que silencia os antagonismos reais e transforma o sofrimento em um cenário estetizado e administrável. A crise, assim, é despolitizada: não aparece como resultado de um processo histórico de negligência, desigualdade e exploração, mas como um evento a ser gerido tecnicamente.

Do ponto de vista da narratividade, a estratégia de comunicação da Prefeitura prioriza o reforço de uma narrativa de ação e esperança, minimizando o foco em aspectos negativos, ainda que sem ignorá-los completamente. O equilíbrio entre otimismo e neutralidade sugere uma tentativa de manter a credibilidade enquanto acalma a população, mas a rara presença de mensagens críticas indica que houve vislumbres do reconhecimento de que a crise exigiria respostas mais definitivas. Essa abordagem pode ter sido eficaz para gerenciar percepções no curto prazo, mas também levanta questões sobre como a população absorvia as informações, especialmente quando a realidade no terreno, como desalojamentos e os riscos ambientais, contrastava com o tom geralmente positivo das notícias.

Os enquadramentos da comunicação pública da Prefeitura de Maceió apresentaram forte ênfase na tecnicidade e institucionalidade, marcada pelo predomínio de notas oficiais e mensagens de caráter informativo. Ao privilegiar a racionalidade técnica e a narrativa de eficiência, a gestão municipal construiu para si o papel de protagonista da crise, ocultando conflitos políticos e minimizando a responsabilização direta da Braskem. Essa escolha narrativa revela um projeto ideológico de governo que busca afirmar sua competência e estabilidade, ao mesmo tempo em que silencia o descontentamento social e relega a população à condição de beneficiária passiva da ação estatal.

Essas evidências apontam para uma problemática central: em contextos de crise, a comunicação pública tende a se converter em dispositivo de governabilidade, mais orientado à gestão da imagem institucional do que à democratização da informação. O apagamento de vozes populares — sejam de atingidos, movimentos sociais ou instâncias independentes de fiscalização — é sintomático de uma prática comunicativa

que, ao mesmo tempo em que se apresenta como transparente, reproduz desigualdades simbólicas e concentra a produção de sentidos nas mãos do poder público. Trata-se de um modelo que, em última instância, legitima a continuidade da exploração e negligência empresarial ao não sustentar um debate público amplo sobre as causas estruturais da tragédia.

O fato de categorias como "crime" e "culpa da Braskem" aparecerem com frequência reduzida, enquanto predominam enquadramentos de "ações realizadas" e "monitoramento técnico", ilustra o esforço deliberado de deslocar a atenção do desastre em si para a gestão estatal da crise. Nesse deslocamento, a tragédia é reconfigurada como oportunidade para a reafirmação da autoridade governamental, revelando uma clara instrumentalização política da comunicação.

Em síntese, a investigação mostra que a comunicação pública, em situações de desastres socioambientais, não é apenas um meio de transmitir informações, mas um campo de disputas simbólicas, no qual se definem culpados, se constroem heróis e se silenciam vítimas. O desafio que se coloca, portanto, é pensar uma comunicação pública capaz de romper com a lógica tecnocrática e personalista, abrindo espaço para a pluralidade de vozes, para a crítica social e para a efetiva participação cidadã na construção de respostas coletivas diante de crises.

Referências

BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso: A comunicação pública a serviço da vaidade particular**. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BUCCI, Eugênio. O papel da comunicação pública na democracia. In: MEDEIROS, M.; MAINIERI, T. (orgs.) **Comunicação pública e cidadania: conceitos, desafios e enfrentamentos**. Goiânia: Cegraf UFG, 2022. p. 23-34

COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA [COMPA]. [S. l.]: UFPR, 2016.

ENTMAN, Robert Mathew. Framing: towards clarification of a fractured paradigm. In: MCQUAIL, D. (ed.). **McQuail's reader in mass communication theory**. London: Sage Publications, 1993. p. 390-397.

FERNANDES, Luiz Carlos do Carmo. Propaganda, transparência e accountability: a construção de indicadores para uma governança democrática. **Panorama**, v. 11, n. 1, p. 46-52, jan./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.18224/pan.v11i1.9026>

FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: accountability e política da publicidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 65-94, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452011000300004>

GOMES, Wilson; AMORIM, Paula K. D. F.; ALMADA, Maria Paula. Novos desafios para a ideia de transparência pública. **Revista E-Compós**, v. 21, n. 2, 2018. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.1446>

GILBERT, Claude. Studying disaster: changes in the main conceptual tools. In: QUARANTELLI, E.L. **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York, 1998. p.11- 18.

MACEIÓ. **Lei nº 7.508**, de 23 de janeiro de 2024. Estima a receita e fixa a despesa do município de Maceió para o exercício financeiro de 2024. Maceió: Prefeitura Municipal de Maceió, 2024. Disponível em: <<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/materia/2204BDBB/03AFcWeA7TyM1nsJEyz86ubfyw5d9PHvg0HiYu17F--7-EiDAD5XVnEtWuz9HbF%E2%80%A6>>. Acesso em: 26 de março de 2025.

MIOLA, Edna; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Abordagens teóricas e definições mínimas na pesquisa em Comunicação Pública: construindo o conceito de Comunicação Pública de Estado. **ORGANICOM**, Ano 21, n. 45, maio/agosto 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2024.225134>

PIMENTA, Laura Nayara. **Comunicação pública, desenhos institucionais e gestão compartilhada**: a interlocução entre poder público e cidadãos na proposta da Prefeitura de Belo Horizonte. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. 2015.

PIMENTA, Laura Nayara. Reflexões sobre as tensões do conceito de comunicação pública: erosão democrática, fragmentação da esfera pública e horizontes comuns. **Organicom**, ano 21, n. 45, maio/ago. 2024. DOI: [10.11606/issn.2238-2593.organicom.2024.223586](https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2024.223586)

RODRIGUES, Emanuelle Gonçalves Brandão; PIMENTA, Laura Nayara; LEITE, Sandra Nunes. Braskem, o colapso e os públicos: a mina 18 como acontecimento. **Esferas**, v. 3, n. 31, 21 dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.31501/esf.v3i31.15302>

WOSNIAK, Antal; LÜCK, Julia; WESSLER, Hartmut. Frames, Stories, and Images: The Advantages of a Multimodal Approach in Comparative Media Content Research on Climate Change. **Environmental Communication**, Dec. 2014.

Recebido em: 30 set. 2025
Aprovado em: 19 nov. 2025